

POLÍTICA

Um governo fraco põe em risco a transição democrática. Esse foi o tema central de uma reunião-almoço na casa do deputado Cid Carvalho. Com a presença de seis ministros.

JUREXADO

Discutindo saídas para a crise

Em busca do consenso e do diálogo para encaminhar a transição neste momento em que o governo é impopular, as instituições políticas estão fracas e a classe empresarial desafia o governo, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) aproveitou o seu aniversário comemorado ontem, para reunir em seu apartamento políticos de todas as tendências. Como definiu o anfitrião, a tônica da festa foi discutir uma fórmula de organizar um grande núcleo — de todas as forças políticas — que tenha a capacidade de enfrentar estes problemas.

O projeto de resolução do Centrão para mudar o regimento interno da Constituinte também foi outro assunto bastante discutido durante a festa do deputado Cid Carvalho, que contou com a presença de seis ministros — Aluísio Alves, da Administração; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Prisco Viana, do Desenvolvimento Urbano; Renato Archer, da Previdência Social; Luís Henrique, da Ciência e Tecnologia; e o general Ivan de Souza Mendes, do SNI. Estavam presentes ainda o presidente da Constituinte, de-



Ulysses e Sarney Filho, na reunião...

putado Ulysses Guimarães, o presidente do senado, Humberto Lucena e o senador Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o deputado Cid Carvalho, foi discutido, informalmente, como en-



... que teve também Lucena, Luiz Henrique e Cid Carvalho

frontar esta semana dois problemas sérios: o projeto de resolução do Centrão e a questão do sistema de governo. Esse assunto, de acordo com Cid Carvalho, toma outro caminho em função da crise no governo. Apesar de ser parla-

mentarista, Cid considera que a crise não beneficia este tipo de regime e poderá reverter a situação na Constituinte, com aprovação do presidencialismo com eleições gerais em 1988. Com relação ao Centrão, foi discutido

como encaminhar o projeto de resolução sem provocar radicalização das extremas direita e esquerda. Nada, porém, foi decidido.

O deputado Ulysses Guimarães disse apenas, à saída do almoço, que o projeto de resolução do Centrão será recebido na terça-feira à noite e depois terá sua tramitação normal. Ele considera que não será necessário votar o projeto do grupo em regime de urgência, como já tinha sido cogitado por alguns líderes do grupo. "O plenário vai resolver isto com a maior rapidez, mas sem atrapalhar os trabalhos na Comissão de Sistematização", acrescentou Ulysses.

Na festa de Cid Carvalho, bastante movimentada — já que quase todos os políticos estavam acompanhados de suas respectivas esposas —, a atitude da Autolatina, o acordo da dívida externa e o mandato do presidente Sarney também foram amplamente discutidos. Mas, na saída, ao ser abordado pelos jornalistas, o general Ivan de Souza Mendes disse que nada falou: "Apenas ouvi, para depois informar ao presidente Sarney".

Freitas Nobre A disputa pela ausência

A Comissão de Sistematização é o órgão mais importante da Constituinte, pois é o instrumento de triagem tanto dos pareceres setoriais das subcomissões, como na compatibilização das matérias, tendo em vista os referidos relatórios e as emendas apresentadas nas várias fases do projeto. A disputa para integrar essa comissão fez-se com lances dramáticos, criando incidentes com líderes partidários quando estes não podiam incluí-los. E mesmo agora, as acusações são trocadas entre lideranças, reclamando os líderes José Lourenço e Carlos Sant'Anna, principalmente contra a seleção dos nomes que eles afirmam ter sido manobra esquerdista de Mário Covas. Este demonstra que procurou assegurar o quanto possível a representação proporcional não apenas a grupos que se acomodam nos vários partidos, mas procurando, também, atender a problemas regionais e representação geográfica.

Uma realidade, todavia, predomina na atividade dessa comissão: o alto índice de ausência de seus titulares, sem que haja uma explicação aceitável para esse desinteresse.

A Comissão de Sistematização, integrada por 93 constituintes, compõe-se de 49 membros

titulares e igual número de suplentes, acrescidos de 44, pois o Regimento determinou que os presidentes e relatores das demais comissões e os relatores das subcomissões que foram extintas com o término dos respectivos trabalhos, integrassem aquele órgão. Também a disputa para a composição dessas comissões e suas presidências e relatorias foi marcada por enfrentamentos difíceis nas várias bancadas, ora em razão da representação proporcional, ora pelo processo de indicações dos seus representantes.

Assim, com 93 integrantes, a comissão tem apenas 49 suplentes, pois os ex-presidentes e ex-relatores das comissões e subcomissões não têm regimentalmente quem os substitua. A Comissão de Sistematização ficou, assim, uma miniatura da Constituinte, com seus vícios e qualidade.

Lamentavelmente, os 93 titulares que tanto se empenharam para participar de seus trabalhos, não têm tido a atenção especial que a importância da tarefa exige.

Constata-se, agora, o agravamento dessa irresponsabilidade com a ausência de grande número de titulares, mesmo nas votações de

maior importância. Se as posições adotadas obedecessem a um critério partidário e uma orientação definida das lideranças, a substituição dos efetivos pelos suplentes teria menor significação. Com a diluição da autoridade partidária, os grupos é que manipulam essas substituições que muitas vezes alegam os lobistas, privados ou oficiais.

Fica difícil ao cidadão comum acompanhar a intimidade desse mecanismo, pois ele lê ou ouve o noticiário político informando que a Comissão de Sistematização com seus 93 parlamentares quase sempre decide com a totalidade dos votos. Mas aí estão contados os votos de grande número de suplentes chamados à comissão até sem qualquer informe a respeito da matéria em debate.

A porcentagem de ausências é constatada não apenas nas reuniões em que os debates e decisões são mais simples, sem temas polêmicos.

Também nos momentos de intensa disputa de votos em matérias contraditórias e de repercussão nos veículos de comunicação de massa, o plenário da comissão mantém o deplorável desinteresse de ponderável parcela de seus titulares.

Assim, quando na semana passada a comissão examinou o art. 144 que cria o Conselho Nacional de Justiça, matéria que provocou manifestações amplas da magistratura, inclusive com um projeto e a paralisação dos trabalhos em diversas comarcas, as ausências foram numerosas. O PMDB, com seus 49 representantes na comissão, estava com 17 titulares ausentes, o PFL com 10 e os demais partidos uma proporção lamentável. Embora na votação do art. 144 o PT não tivesse ausente, até porque o deputado Plínio de Arruda Sampaio tinha emenda comum subscrita com o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, em outras ocasiões, a ausência petista também é notada. Não escapa nenhum partido entre os ali representados, alguns deles com a curiosa estatística de 100%, agravado com o fato de sua reduzida representação.

Felizmente, com o recurso das suplências, a comissão vai cumprindo sua tarefa. A disposição de sua mesa diretora é entregar o texto completo na próxima semana para que os debates de plenário possam iniciar-se, segundo os preceitos do regimento, e na conformidade do que exigiram os integrantes do Centro Democrático, que tem maioria para algumas iniciativas, mas não para as ques-

tões polêmicas como o período do mandato presidencial e o sistema de governo.

Encontro

Em movimentado encontro ocorrido na última sexta-feira, à noite, em Brasília, no apartamento do deputado Jalmor de Lucca, com a presença de cerca de 50 parlamentares e dirigentes de diretórios peemedebistas, bem como do ministro Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, os assuntos dominantes eram a volta ao monitoramento do FMI, a exposição que o ministro Bresser Pereira fará, hoje, às lideranças do PMDB e o projeto de resolução modificando o regimento para admitir emendas ao substitutivo Bernardo Cabral. Esse projeto de resolução deverá ser votado amanhã à noite, em sessão extraordinária da Constituinte.

Percebia-se, entre os constituintes presentes ao encontro, uma agressividade bem definida contra a volta ao FMI, expressa na manifestação de parlamentares como o deputado Pimenta da Veiga, ex-líder na Câmara, e a preocupação do atual líder, Ibsem Pinheiro, que deverá pronunciar-se hoje, após a exposição do ministro da Fazenda às lideranças do PMDB, mas, ao que percebemos, com escassa possibilidade de apoio da bancada.